

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.791.963 - SP (2019/0016017-1)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADOS : LIVIA CRISTINA DA SILVA SAAD AFFONSO - RJ162092
ANDRE LUIZ DO RÊGO MONTEIRO TAVARES PEREIRA E
OUTRO(S) - SP344647
RECORRIDO : ANTONIO BENEDITO DA SILVA
RECORRIDO : CLOVIS JOSE DE SOUZA
RECORRIDO : BENEDITO ROCHA
RECORRIDO : VERA LUCIA DE OLIVEIRA SANTOS
RECORRIDO : VICENTINA CILLI DA SILVA
RECORRIDO : RENATO LEITE JORDAN
RECORRIDO : SANTO MARIGO
RECORRIDO : SUELI APARECIDA GARCIA BORIN
RECORRIDO : RENE FAXINA BIASI
RECORRIDO : APARECIDO LEME
RECORRIDO : ADAO PEREIRA DE SOUZA
RECORRIDO : JOSE FRANCISCO DE ALMEIDA
RECORRIDO : ANTONIO BENEDICTO DE OLIVEIRA
RECORRIDO : SERGIO HENRIQUE BACCAS
RECORRIDO : IZIDORO CACHONI SOBRINHO
RECORRIDO : HELENA MARTINS DOS SANTOS
RECORRIDO : PEDRO LUIZ FERREIRA
RECORRIDO : OVIDIO DOMINGUES
RECORRIDO : JOAO GIOZO
RECORRIDO : JOAO ANTONIO BOTTARO
RECORRIDO : FLORENCIO JOAO FERREIRA
RECORRIDO : APARECIDA DE JESUS LIMA
RECORRIDO : MANOEL SOARES DA SILVA
RECORRIDO : NILTON GONCALVES RIBEIRO
RECORRIDO : JOSE AILTON DE OLIVEIRA
RECORRIDO : BENEDITO DOMINGUES FILHO
RECORRIDO : VALDIR DONIZETI JOSE
RECORRIDO : GILDO PEREIRA
ADVOGADOS : PEDRO EGÍDIO MARAFIOTTI E OUTRO(S) - SP110669
GUILHERME LIMA BARRETO - SP215227
RICARDO BIANCHINI MELLO - SP240212
HENRIQUE DA SILVA ZIMMERMANN - SC031330
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : SIDARTA BORGES MARTINS E OUTRO(S) - SP231817

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE
INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. SEGURO HABITACIONAL ADJETO A CONTRATO DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL (SFH). RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA. PRESCRIÇÃO ÂNUA. SÚMULA 568/STJ.

1. Ação de indenização securitária, fundada em vício de construção em imóvel objeto de mútuo vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação.
2. Ausentes os vícios do art. 535 do CPC/73, rejeitam-se os embargos de declaração.
3. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
4. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
5. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.
6. À luz dos parâmetros da boa-fé objetiva e da proteção contratual do consumidor, os vícios estruturais de construção estão acobertados pelo seguro habitacional, cujos efeitos devem se prolongar no tempo, mesmo após a extinção do contrato, para acobertar o sinistro concomitante à vigência deste, ainda que só se revele depois de sua conclusão (vício oculto). Precedentes.
7. O prazo prescricional para propositura da ação pelo mutuário/segurado para recebimento da indenização do seguro é anual, nos termos do art. 206, § 1º, II, "b", do CC/02. O termo inicial da prescrição conta-se da data da ciência inequívoca da incapacidade do segurado (Súmula 278 do STJ). Precedentes.
8. Ante o entendimento dominante do tema nas Turmas de Direito Privado, aplica-se, no particular, a Súmula 568/STJ.
9. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, parcialmente provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por CAIXA SEGURADORA S/A, fundamentado nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 12/12/2012.

Concluso ao gabinete em: 31/01/2019.

Superior Tribunal de Justiça

Ação: de indenização securitária, ajuizada por ANTONIO BENEDITO DA SILVA e OUTROS, em face da recorrente, em razão de vício de construção em imóvel objeto de mútuo vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação.

Sentença: julgou procedente os pedidos, nos seguintes termos (e-STJ, fls. 1359/1360):

Ante o exposto, julgo PPROCEDENTE a pretensão deduzida na exordial e, assim, condeno a ré a pagar aos autores, à título de indenização, os respectivos valores indicados às fls. 731/758 e 788, (incluindo a taxa de administração de 10% indicada às fls. 788), perfazendo o valor total de R\$ 507.023,00, devidamente atualizado a partir da data de apresentação do laudo em juízo, qual seja, 18.9.2008 acrescido de juros moratórios no importe indicado no art. 406 da Lei nº 10.406/02 com o mesmo termo "a quo". Condeno a ré a pagar aos autores, respectivamente, a título de multa, os respectivos valores indicados às fls. 731/758 e 788 (incluindo a taxa de administração de 10% indicada às fls. 788), perfazendo o valor total de R\$ 507.023,00, devidamente atualizado a partir da data de apresentação do laudo em juízo, qual seja, 18.9.2008 e acrescido de juros moratórios no importe indicado no art. 406 da Lei nº 10.406/02 com o mesmo termo "a quo". Para atualização deverá ser adotada a tabela prática emitida pelo E. Tribunal de Justiça de São Paulo. Como corolário da sucumbência, condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, inclusive honorários do perito judicial, bem como honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor total da condenação, tudo devidamente atualizado.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pela recorrente, nos termos da seguinte ementa:

Ilegitimidade passiva - Inocorrência - Na qualidade de mutuário tem legitimidade para figurar na demanda - Assiste aos mutuários do SFH o direito à percepção da multa decendial prevista na apóllice de seguro habitacional - Recurso improvido

Embargos de declaração: opostos pela recorrente, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação da Lei 12.409/11, dos arts. 267, VI, 535, II, do CPC/73, dos arts. 206, §1º, 757 e 760, do CC/02, do art. 36 do Decreto Lei 73/66, bem como dissídio jurisprudencial.

Superior Tribunal de Justiça

Além de negativa de prestação jurisdicional, sustenta haver interesse da CEF, bem como que prescreve em um ano a ação do segurado contra o segurador e vice-versa e que “os danos foram verificados no imóvel muito antes de um ano retroativo às datas de comunicação dos sinistros” (e-STJ, fl. 1558).

Aduz que seria parte ilegítima para figurar no polo passivo da demanda, pois apenas os danos decorrentes de causa externa estariam cobertos na apólice de seguro, mas não os decorrentes de vícios construtivos ou do uso e desgaste. Defende que as condições das apólices de seguro sejam rigorosamente observadas.

Admissibilidade: o recurso foi admitido na origem pelo TJ/SP.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

- Julgamento: CPC/73

- Da violação do art. 535 do CPC/73

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 535 do CPC/73 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese, soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte. A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no REsp 1.469.906/MG, 3ª Turma, DJe de 16/02/2018; AgInt no AREsp 808.418/SP, 4ª Turma, DJe de 13/12/2017.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente, acerca da prescrição (e-STJ fl. 1505), de maneira que os embargos de declaração opostos pelo recorrente de fato não comportavam acolhimento.

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 535 do CPC/73, incidindo, quanto ao ponto, a Súmula 568/STJ.

- Da fundamentação deficiente

Superior Tribunal de Justiça

Constata-se, da leitura das razões do recurso especial, que, quanto à alegação de interesse da CEF, o recorrente limita-se a alegar genericamente violação da Lei 12.409/11. Deixa de indicar, todavia, especificamente qual o dispositivo legal foi violado pelo acórdão recorrido. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 284/STF.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos argumentos invocados pelo recorrente em seu recurso especial quanto à violação do art. 36 do Decreto Lei 73/66, indicado como violado, apesar da interposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

- Da existência de fundamento não impugnado

O recorrente não impugnou os seguintes fundamentos utilizados pelo TJ/SP:

Já se decidiu que "nos feitos em que se discute a respeito de contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo, por envolver discussão entre seguradora e mutuário, e não afetar o FCUS, inexistente interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário" (STJ -Dj de 25-05-2009).

A Caixa Federal não é parte passiva em contrato de terceiro, não é parte legítima para integrar lide alheia, entre segurados e seguradora. Assim, acertada foi a sua não integração na presente lide e a consequente negativa de mudança de competência da Justiça Estadual para a Federal. (e-STJ, fl. 1505)

Como esse fundamento não foi impugnado, deve-se manter o acórdão recorrido. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 283/STF.

- Da responsabilidade da Seguradora (Súmula 568/STJ)

As duas Turmas de Direito Privado do STJ entendem que, à luz dos parâmetros da boa-fé objetiva e da proteção contratual do consumidor, os vícios

estruturais de construção estão acobertados pelo seguro habitacional, cujos efeitos devem se prolongar no tempo, mesmo após a extinção do contrato, para acobertar o sinistro concomitante à vigência deste, ainda que só se revele depois de sua conclusão (vício oculto). Nesse sentido: REsp 1622608/RS, 3ª Turma, DJe de 19/12/2018; AgInt no AgInt no REsp 1.744.749/PR, 4ª Turma, DJe de 25/6/2019; REsp 1.717.112/RN, 3ª Turma, DJe de 11/10/2018; e REsp 1.622.608/RS, 3ª Turma, DJe de 19/12/2018).

Na hipótese, o Tribunal de origem decidiu que os vícios das construções seriam imputáveis à recorrente (e-STJ, fl. 1506), em consonância com o entendimento dominante sobre o tema nesta Corte. Aplica-se, portanto, a Súmula 568/STJ no particular.

- Da prescrição (Súmula 568/STJ)

As duas Turmas de Direito Privado do STJ entendem que: a) o prazo prescricional para propositura da ação pelo mutuário/segurado para recebimento da indenização do seguro é anual, nos termos do art. 206, § 1º, II, "b", do CC/02; e b) o termo inicial da prescrição conta-se da data da ciência inequívoca da incapacidade do segurado (Súmula 278 do STJ). Nesse sentido: EREsp 1272518/SP, Segunda Seção, DJe de 30/06/2015; AgInt no REsp 1420961/SP, 3ª Turma, DJe de 30/05/2017; AgInt no REsp 1692919/SP, 4ª Turma, DJe de 28/09/2018.

Na hipótese, o Tribunal de origem decidiu que o prazo prescricional aplicável seria de 20 anos (e-STJ, fl. 1505), em dissonância com o entendimento dominante sobre o tema nesta Corte. Aplica-se, portanto, a Súmula 568/STJ no particular.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, III e V, "a", do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO, para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que proceda novo julgamento da apelação interposta, na esteira do devido processo legal, à luz da

Superior Tribunal de Justiça

jurisprudência do STJ.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

